

[VALE TODOS – Em Anápolis, quatro candidatos que tiveram registros cassados deve ser beneficiados

# ‘Fichas sujas’ são liberados pelo STF



ACHILES MENDES (PMDB) e Amilton Batista (PTB), barrados pela Justiça Eleitoral, devem ter registros confirmados com a decisão do Supremo Tribunal Federal



## Marcos Vieira

A liberação do Supremo Tribunal Federal (STF) para os políticos com ficha suja concorrerem às eleições, decidida na última quarta-feira, 6, irá inviabilizar pedidos de impugnação de candidatura realizados pelo Ministério Público Eleitoral (MPE).

Com o entendimento do STF de que os candidatos respondendo a processos na Justiça e que ainda não foram condenados em última instância poderão concorrer às eleições, a expectativa do MPE é de que a maioria desses pedidos seja derrubada pelos juízes eleitorais.

Em Anápolis, o juiz eleitoral Delintro Belo de Almeida Filho tinha determinado a impugnação do registro de candidatura de quatro candidatos a vereador. As ações foram propostas pelo MPE. Entre os nomes, dois são candidatos à reeleição: Achilles Mendes (PMDB) e Amilton Batista (PTB).

O peemedebista Achilles Mendes, que está em seu quinto mandato consecutivo, teve a candidatura cassada por irregularidades em contas referentes à época em que ele ocupou a presidência da Câmara Municipal (2005-2006), atestadas através de documentos do Tribunal de Contas

dos Municípios (TCM). Achilles recorre da decisão no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e continua em campanha até o julgamento final.

Já Amilton Batista, único vereador do PTB na Câmara, teve o registro cassado porque é acusado na Justiça de abuso sexual contra menores. O crime teria ocorrido em 2006. Outros candidatos investigados pelo MPE e que estão impugnados são João Jair Francisco de Sá (PSB), acusado de homicídio, e Genes Stevam D’Abadia (PSTU), que responde por formação de quadrilha e falsidade ideológica.

Os candidatos a prefeito Ridoval Chiareloto (PSDB) e Marisa Espíndola (PR) tiveram os registros deferidos pelo juiz eleitoral. O MPE tinha pedido a impugnação de Chiareloto por supostas irregularidades durante sua gestão na Secretaria de Estado de Indústria e Comércio. Marisa também teve a candidatura ameaçada por irregularidades levantadas no TCM quando ela ocupava a Secretaria Municipal de Educação.

Os dois prefeitáveis conseguiram, em suas defesas, mostrar ao juiz eleitoral que não possuem problemas com os tribunais de contas, mas o Ministério Público Eleitoral anunciou que recorrerá da sentença no TRE.

Outro que conseguiu se livrar da cassação foi o candidato a vice do PMDB, José Caixeta. O MPE questionava contas irregulares do vereador da época em que ele presidiu a Câmara Municipal de Anápolis. Caixeta teve seu registro deferido e o MPE não pretende recorrer da sentença.

Mesmo quando uma candidatura é impugnada, o político pode recorrer às instâncias superiores – desta forma, ele concorre às eleições sem que sua candidatura tenha sido definitivamente julgada e corre o risco de, se eleito, perder o mandato caso o juiz eleitoral o impugne. Os pedidos de impugnação deverão ser julgados em primeira instância até 16 de agosto.

## PROJETO

A decisão do STF de liberar a candidatura de políticos que respondem a processo na Justiça recebeu aplausos de deputados e senadores. Por outro lado, sobram críticas à Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) que propôs a ação para tentar impedir os chamados políticos “ficha suja” de participarem das eleições. No entendimento dos parlamentares, a decisão da Suprema Corte não surpreendeu, uma vez que a Lei de Inelegibilidade só impede a candidatura de pessoas com processos julgados em última instância.

O senador Demóstenes Torres (DEM) cobrou ao presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB), que coloque em votação o projeto que torna inelegíveis candidatos que tenham sido condenados em qualquer instância judicial por crimes eleitorais, corrupção, improbidade administrativa. Vale ainda condenações por crimes comuns que tenham penas superiores a dez anos de detenção, ou seja, delitos que se equiparam aos crimes hediondos.

A proposta foi aprovada há um mês pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas não seguiu ao plenário por falta de acordo de líderes. Na avaliação do presidente do Senado, no entanto, a decisão do STF pode contribuir para a matéria repousar nas gavetas do Congresso. “É possível que com essa decisão nós tenhamos alguma dificuldade já que o Judiciário decidiu sobre isso”, disse Garibaldi. Para Demóstenes, o jul-

gamento dos ministros não impede a criação de uma lei sobre o tema. “Temos que fazer uma nova lei. Quem tem que ter vontade política para colocar o projeto em votação é o presidente do Senado, que os líderes dos partidos são contra, paciência. Votar não quer dizer que a pessoa tem que votar a favor”, reclamou o democrata.

Garibaldi justifica que sem consenso entre os líderes a votação fica sem efeito. “Sem acordo de líderes (partidários) fica (uma decisão para votar sem efeitos práticos) puramente formal”, rebateu Garibaldi.

Questionados sobre a resistência para votar o projeto contra o “ficha suja”, líderes argumentam que se trata de uma proposta inconstitucional. Ela alega que a proposta viola a presunção de inocência, um dos princípios da Constituição Federal. “Não se pode aprovar uma decisão contrária à presunção da inocência”, avalia a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti. “Se aprovarmos isso, qualquer pessoa fica impedida de concorrer sem processo transitado em julgado, vai ganhar no Judiciário”, acredita a petista.

O líder do PP no Senado, Francisco Dornelles (PP-RJ), segue o discurso da petista. “É inacreditável que, em pleno século 21, pessoas ainda contestem esse direito que foi ratificado ontem (quarta) pela decisão do Supremo. Eu quero dizer que o Brasil se orgulha da Corte Suprema que possui”, afirmou.

O texto de Demóstenes que aguarda votação prevê ainda que o prazo de inelegibilidade para condenados por crimes como gastos ilícito de recursos de campanha é de oito anos a contar a realização da eleição na qual tal conduta tenha sido praticada. Fica estabelecido que governadores, prefeitos e presidente da República, e seus respectivos vices, deixem os cargos quatro meses antes das eleições, se forem candidatos à reeleição.

Pelo texto, os parlamentares estarão proibidos de renunciar aos seus mandatos no Congresso na tentativa de escapar da cassação. O texto determina que os deputados e senadores cassados por quebra de decoro parlamentar, assim como os que renunciaram aos seus mandatos durante o processo no Conselho de Ética, devem ficar inelegíveis por oito anos. (Com Agências)

## Acia comemora Medeiros na SIC

A Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia) viu com excelentes olhos a confirmação de Luis Medeiros como secretário de Estado de Indústria e Comércio. Medeiros já ocupava interinamente a posição e foi o braço-direito do ex-titular Ridoval Chiareloto, que deixou o posto para concorrer às eleições municipais de Anápolis.

“Foi a confirmação de uma promessa do governador, que assegurou a vaga para o município de Anápolis. Desde a sua campanha em 2006 ele tinha este compromisso e manteve a palavra, inclusive respeitando a consulta à Acia”, comentou o presidente da entidade anapolina, Ubiratan Lopes. O dirigente classista aposta na continuidade do projeto do antecessor de Medeiros em manter o perfil desenvolvimentista, trazendo cada vez mais empresas para o Estado.

Chiareloto é considerado pelos classistas anapolinos um ícone no processo de desenvolvimento na história recente de Goiás por ter conseguido atrair para o Estado, e em especial para Anápolis, empresas de grande porte. O destaque em âmbito nacional foi a montadora Cooa-Hyundai, que instalou-se no Daia no ano passado.

Com Medeiros, a expectativa do setor empresarial é que o ritmo e o rumo do comando da SIC permaneça o mesmo. Como chefe de gabinete de Chiareloto por todos os anos em que o anapolino esteve na pasta, o recém-confirmado secre-

tário teve acesso a detalhes de todos os procedimentos e teve a chance e acompanhar e ter experiência agregada ao modo de trabalho de seu ex-chefe. Por isso é grande a confiança, principalmente, do fórum empresarial anapolino nesta passagem de Medeiros pela SIC.

## ELEIÇÕES

Com as preocupações sobre a nomeação do novo secretário de Indústria e Comércio já vencidas, a Associação Comercial e Industrial de Anápolis se volta ao processo eleitoral municipalista. A entidade promove em sua sede uma série de reuniões com os candidatos a prefeito (ver reportagem abaixo).

“O objetivo é claro: descobrir o que cada postulante está pensando sobre como conduzir a cidade e seus desafios. E, claro, sobre como cada um enxerga o desenvolvimento comercial e industrial”, adianta Ubiratan Lopes.

O dirigente não esconde a predisposição natural de todo o setor empresarial ligado à Acia tem pelo nome de Chiareloto que foi em algumas oportunidades presidente da entidade, mas espera ressaltar o processo democrático de ouvir a todos os candidatos, sem distinção. “Claro que nos dá alegria ter um nome que teve sua origem na política classista aqui dentro da Acia, mas todos os candidatos tem grandes projetos e é isso que precisamos saber de cada um deles”, encerra Lopes.



Ubiratan Lopes: vaga assegurada para Anápolis

## Entidade recebe os prefeitáveis

A Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia) anunciou essa semana o calendário de encontros que realizará com os candidatos a prefeito. A sabatina dos prefeitáveis já é tradição na entidade. As perguntas dirigidas aos candidatos serão elaboradas pelo Fórum Empresarial e respondidas no auditório da Acia. O evento vai acontecer nas próximas quartas-feiras a partir do dia 20 de agosto, no mesmo horário em que são realizadas as reuniões ordinárias da entidade, às 18h45.

Em reunião realizada no final da tarde de quinta-feira, 7, o presidente da Acia, Ubiratan da Silva Lopes, realizou um sorteio para definir a data em que cada um dos prefeitáveis vai comparecer à entidade. O sorteio aconteceu na presença de representantes dos sete candidatos e também contou com a participação do chefe do cartório da 137ª Zona Eleitoral de Anápolis, Lysâneas Santos Maciel. A juíza Edna Maria Miel da Hora encaminhou a representante

Maria Beatriz França.

De acordo com o sorteio, Antônio Roberto Gomide será o primeiro a responder as perguntas na Acia. O candidato do PT comparecerá à associação no dia 20 de agosto. Depois, no dia 27 do mesmo mês será a vez de Marisa Espíndola, do PR. Em setembro a Acia recebe Elber Sampaio (PSOL) no dia 3, Josmar Moura (PRP) no dia 10, Frei Valdair (PTB) no dia 17 e Ridoval Chiareloto no dia 24. Onaide Santillo, candidata do PMDB, participa no dia 1º de outubro.

De acordo com as regras estipuladas, o candidato à prefeitura de Anápolis terá direito a uma breve leitura de seu currículo pelo cerimonial do evento e vai responder a dez perguntas elaboradas pelo Fórum Empresarial. A platéia também vai participar. As perguntas serão escritas, entregues ao mestre de cerimônias e encaminhadas à comissão formada por três diretores da Acia. Esse grupo vai selecionar as perguntas que o prefeitável terá de responder.

## AGRADECIMENTO E CONVITE

A família de **TEREZINHA ANGÉLICA CHIARELOTO** manifesta seus agradecimentos à equipe do Hospital de Urgências de Anápolis pelo atendimento a ela dispensado em decorrência de seu trágico acidente, bem como a toda a comunidade Anapolina e Goiana que lhe foram e estão sendo solidários pelo seu falecimento.

A **missa de Sétimo Dia** será realizada na próxima segunda-feira, dia 11 de agosto, às 19 horas, na Matriz de Sant’Ana, em Anápolis.